



Nº do processo: 21000.057649/2022-96 Descrição: APROVA OS PROCEDIMENTOS DE VIGILÂNCIA E MITIGAÇÃO DO RISCO DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA - EEB NOS ESTABELECIMENTOS DE ABATE
Tipo de Norma: Portaria
Unidade Responsável: DSA
Regime de tramitação: Comum Urgente

CPF	Nome	Email	Ramal
[REDACTED]	JORGE CAETANO JUNIOR	jorge.caetano@agricultura.gov.br	6132182148
	MANOEL AUGUSTO SOARES JUNIOR	manoel.soares@agricultura.gov.br	6132182484
	DOUGLAS HAAS DE OLIVEIRA	douglas.oliveira@agricultura.gov.br	6132182171
	RONALDO CARNEIRO TEIXEIRA	ronaldo.teixeira@agro.gov.br	6132182654

1 - Descrever brevemente qual o problema ou a situação que a proposta pretende solucionar. (Elabore um texto de cinco a dez linhas).

Os procedimentos de vigilância e de mitigação da EEB definidos na legislação encontram-se desatualizados. Inexistem a obrigatoriedade legal de adoção das medidas de mitigação necessárias por parte dos estabelecimentos de abate regularizados perante os órgãos estaduais e municipais, sendo a medida aplicada por recomendação ou exigência infra legal apenas dos estabelecimentos sob inspeção federal e estabelecimentos sob inspeção estadual ou municipal que aderiram ao SISBI-POA.

2 - Indique a legislação que ampara a resolução do problema ou situação, no âmbito das atribuições legais e regulamentares do MAPA e da SDA.

A edição do ato normativo complementar ora proposto (Portaria) encontra respaldo legal para sua emissão no Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1943; Lei nº 1.283, de 1950; Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989; Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 5.741, de 2006; Decreto nº 9.013, de 2017; e Decreto nº 10.827, de 2021.

3 - Esse problema ou situação pode ser considerado como uma prioridade institucional? Indicar objetivamente as razões.

Sim, pois a atualização das medidas de vigilância e de mitigação da EEB são essenciais e estratégicas para os controles oficiais da doença e manutenção do status do Brasil para a enfermidade, reconhecido pela EEB.

4 - Quais seriam os principais atores afetados ou interessados em conhecer e discutir o ato normativo proposto? (Apontar os dados de identificação dos atores de modo mais completo possível: nome ou instituição, endereço, telefone de contato, fax, e-mail etc.).

No âmbito da saúde animal, os serviços oficiais de saúde animal da União (DSA/SDA/MAPA) e dos Estados, e, no âmbito da inspeção de produtos de origem animal, os serviços oficiais de inspeção da União (SIF/DIPOA/SDA/MAPA), dos Estados e dos Municípios, bem como todos os estabelecimentos de abate regularizados perante quaisquer destes serviços.

5 - Se o MAPA não adotar alguma medida para resolver o problema ou situação (hipótese de não ação), qual seria a tendência com relação às consequências? (Marque apenas uma opção).

- Agrava-se rapidamente
- Agrava-se lentamente
- Mantém-se estável
- Resolve-se lentamente
-



Resolve-se rapidamente
 Imprevisível



6 - Quais são as alternativas identificadas, além da regulamentação e da inação, para enfrentar o problema e alcançar os objetivos definidos? (Aponte todas as medidas alternativas identificadas)

As principais alternativas são 1) a revogação dos normativos vigentes que se encontram desatualizadas; ou 2) sua atualização, mediante edição de novo ato normativo que os atualizariam e complementariam com as novas obrigações necessárias, contemplando as regras atualmente existentes apenas em atos infra legais. A inação é opção viável, pois agravaría o problema.

7 - Quais são os principais impactos (econômicos, sociais, ambientais) esperados (positivos e negativos, desejáveis e indesejáveis, diretos e indiretos) de cada alternativa identificada, incluída a regulamentação e a inação, sobre cada ator ou grupo afetado? (Descarte alternativas inviáveis, ineficazes ou de difícil implementação)

A eventual decisão pela inação, no presente caso, pode implicar no agravamento do problema, impactando, inclusive, em eventual recategorização do Brasil perante a OIE para a EEB, com impactos negativos no comércio internacional e, consequentemente, na economia brasileira. A atualização da legislação é necessária para evitar o agravamento do problema e trará, como benefício, redução de custos para o setor privado e para o setor oficial, em vista da em redução no número de análises laboratoriais realizadas.

8 - Compare as alternativas viáveis encontradas, pelo menos em termos de efetividade e eficiência, e aponte a alternativa recomendada.

Apenas seriam viáveis a atualização das normas antigas ou a edição de ato normativo único, que revoga os anteriores. Esta segunda opção (edição novo ato normativo único) é a opção recomendada, pois encontra-se alinhada com as diretrizes do Decreto nº 10.139, de 2019, que trata da revisão e consolidação dos atos normativos. Neste caso, todos os procedimentos de vigilância e de mitigação da EEB aplicáveis aos estabelecimentos de abate serão consolidados em único ato normativo.

9 - O problema ou situação já foi regulamentado em outros países? (Se sim, especificar as autoridades e o modo como regulamentaram o assunto em seus países).

- Não
- Sim. Especificar.

Os países integrantes da OIE expedem legislações próprias internalizando as recomendações do referido órgão.

10 - Existem outros atos normativos vigentes no Brasil ou em acordos dos quais o país é signatário que são aplicáveis ao problema ou situação? (Se sim, indicar as principais normas vigentes: leis, decretos, resoluções, portarias, etc.).

- Não
- Sim. Especificar.

Instrução Normativa SDA nº 18, de 15 de fevereiro de 2002, e Portaria SDA nº 447, de 12 de novembro de 2021 (a serem revogados).



11 - Existem atos normativos passíveis de serem afetados pela disposição pretendida?

- Não
- Sim. Especificar.

Instrução Normativa SDA nº 18, de 15 de fevereiro de 2002, e Portaria SDA nº 447, de 12 de novembro de 2021 (a serem revogados).

12 - Quais são os objetivos pretendidos com a proposta desse ato normativo e os benefícios esperados a partir da sua implementação? (Escreva os objetivos em forma de tópicos. Distinguir os benefícios de curto, médio e longo prazo)

Objetivos: Atualização dos procedimentos de vigilância e de mitigação da EEB aplicáveis aos estabelecimentos que abatem bovinos, mediante edição de novo ato normativo que atualizará os procedimentos vigentes e incorporará as exigências então existentes apenas em atos infra legais, revogando, expressamente, os dispositivos legais necessários. Benefícios: manutenção dos status brasileiro para EEB perante a OIE, redução de custos e simplificação administrativa. Os efeitos benéficos serão observados já a partir da vigência do ato normativo, em razão da redução das despesas relativas às análises laboratoriais, com benefício aos setores público e privado.

13 - Quais são as medidas contidas no ato normativo para alcançar os objetivos pretendidos? (Escreva os objetivos em forma de tópicos)

Atualização da população alvo da vigilância da EEB nos abatedouros; definição de prazos para envio das amostras coletadas aos laboratórios oficiais; definição das partes animais que devem ser retiradas, segregadas e destruídas, por representarem risco para EEB, como obrigatoriedade de serem gerados registros auditáveis destes procedimentos; revogação de atos normativos desatualizados.

14 - Existem estimativas sobre os custos da implementação do ato normativo proposto, incluindo a sua distribuição entre os diversos atores ou grupos afetados? (Se sim, anexar os dados e documentos pertinentes)

- Não
- Sim. Especificar.

15 - Quais são os recursos necessários para a implementação do ato normativo proposto? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Infraestrutura já disponível na unidade administrativa
- Despesas ou transferências de recursos financeiros dos Pls da unidade administrativa
- Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação da SDA/MAPA
- Contratação, capacitação ou treinamento de pessoas da unidade administrativa
- Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação das Unidades Organizacionais das SFAs das Unidades da Federação
- Capacitação ou treinamento de pessoas dos órgãos de execução das atividades de fiscalização dos Estados
- Outros. Especificar e quantificar:



16 - Quais seriam as principais dificuldades relativas à implementação do ato normativo proposto? (Administrativas, financeiras, entre outras)
Não aplicável.

17 - Os benefícios esperados superam os custos de implementação da proposta? (Indicar brevemente as razões)

- Não. Por quê?
- Sim. Por quê?

A medida não impactará em aumentos de custos, ao contrário, gerará redução de despesas para os setores público e privado, e permitirá a manutenção do status do Brasil perante a EEB, possibilitando a manutenção do comércio internacional.

18 - A implantação do ato normativo proposto depende da atuação de diferentes unidades administrativas do MAPA ou de outros órgãos ou instituições de governo? (Se sim, indicar os atores envolvidos e suas respectivas atribuições)

- Não.
- Sim. Relacionar.

SDA/MAPA, a partir dos Departamentos Técnicos (DSA/SDA, DTEC/SDA e DIPOA/SDA) e respectivas unidades descentralizadas nas SFA e nos SIPOA. Órgãos de Sanidade Agropecuária dos Estados e do Distrito Federal Órgãos de Agricultura dos Estados, Distrito Federal e Municípios, responsáveis pelas atividades de inspeção de produtos de origem animal.

19 - Qual é a opinião das autoridades incumbidas de executar as medidas quanto à clareza dos objetivos pretendidos e à possibilidade de sua execução?

Favorável à atualização normativa ora proposta.

20 - O ato normativo foi submetido a testes sobre a possibilidade de sua implantação, com a participação das autoridades encarregadas de aplicá-lo? Por que não? A que conclusão se chegou?



Não aplicável. As medidas já são implementadas nos estabelecimentos sob inspeção federal, e nos estabelecimentos sob inspeção estadual ou municipal que aderiram ao SISBI-POA, porém, neste caso, em razão de recomendações por atos infra legais. Não há dificuldades na implementação das medidas, pois já integral ações rotineiras e conhecimento amplo dos atores envolvidos.

21 - Há necessidade de algum período de adaptação das empresas ou órgãos de governo para o cumprimento do ato normativo proposto? (Se sim, indicar brevemente as razões e o período necessário, em meses).

- Não.
- Sim. Relacionar.

22 - Quais mecanismos serão adotados para viabilizar a consulta e a participação dos atores e grupos afetados ou interessados? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Ofício
- Reunião
- Consulta Pública
- Audiência Pública
- Câmara Setorial
- Outros. Especificar:

Desnecessário, por se tratar de atualização de regras já existentes, com simplificação de exigências.

23 - Observações adicionais:

Item 22 é desnecessário, por se tratar de atualização de regras já existentes, com simplificação de exigências.